

Ética e Política no Pensamento Medieval

organização:
J. F. Meirinhos

Ética e política no pensamento medieval: Introdução

Desde a sua função o Gabinete de Filosofia Medieval organiza regularmente encontros científicos, para apresentação de trabalhos em curso, resultados de pesquisas individuais, discussões sobre as tendências da investigação, ou divulgação do trabalho realizado pelos seus membros, mas também por medievistas nacionais ou estrangeiros. Estes encontros são programados sem tema único ou periodicidade. Ocasionalmente tem sido possível organizar séries temáticas ao longo de um ano lectivo, mas sempre com uma estrutura informal e aberta à participação de todos os interessados. Ao longo de 2004 decorreu um seminário temático em torno de *Ética e política no pensamento medieval*. Sem descurar outras linhas de força, as diferentes modalidades e consequências da recepção latina da obra de Aristóteles, autor que hoje é de novo actual também nos domínios do pensamento ético e político, constituíram um importante eixo identificador das comunicações apresentadas. Dentro do tema, já de si amplo, foram diversos e variados os problemas, orientações e autores estudados de modo directo, quer de âmbito latino-cristão, quer de âmbito arabo-islâmico. O programa desse seminário informal incluiu medievistas de diversos países (Alemanha, Argentina, Espanha, Estados Unidos da América, Itália, Portugal, Suíça), tornando assim possível também um contacto e troca de experiências com diferentes escolas e alargando as oportunidades de intercâmbio em que o Gabinete de Filosofia Medieval se tem profundamente empenhado, como modo de promover e incrementar a qualidade da investigação científica que realiza. Cada medievista convidado proferiu duas conferências, uma sobre pesquisas em curso, outra sobre o tema do seminário.

O tema *Ética e política no pensamento medieval* não obrigava a uma análise das diferentes formas de articular essas duas esferas filosóficas. Alguns autores

optaram por tratar ou um ou outro desses domínios, outros aproveitaram a influência e difusão das obras homónimas de Aristóteles para averiguar da sua compaginação e confluência em certos autores. Também não foi dada preferência a algum período em especial. Percorreram-se momentos chave desde o início da Idade Média até à segunda escolástica, um arco temporal de mais de mil anos, onde as articulações e processos de transição foram tidos em especial destaque, de que são exemplo os estudos sobre Boécio (transmissão do pensamento antigo à Idade Média), Domingo Gundissalvo (a introdução do pensamento árabe no mundo latino), a recepção de Aristóteles nos séculos XIII e XIV (com um maior número de estudos), a transição da Idade Média para a Modernidade (estudos sobre o Renascimento e sobre os Conimbricenses).

É em intensa polémica e viva discussão que, em particular após o século XII, se caldeia a tradição política europeia, na qual, desde então, a discussão dos conceitos e a consequente elaboração em proto sistemas políticos, mas sobretudo em comentários, questões de opúsculos de intervenção política, vai a par com os factos da própria história, influenciando-os, pensando-os, ou retocando as suas consequências. Embora essa não tenha sido uma perspectiva sob análise, deve ser realçado o quanto a Europa política (na corporização jurídica, na organização institucional dos Estados nascentes, na separação dos poderes, na delimitação territorial, na definição de direitos e deveres, da confirmação de direitos a grupos ou a corporações) é uma construção medieval onde em filosofia, desde cedo e com consistência, se discutem conteúdos políticos a partir de considerações morais e, sobretudo, religiosas. Na reflexão sobrepõe-se a discussão das origens do poder e das formas de governo, dos fins da sociedade, das virtudes, da felicidade, do bem individual e comum, da autoridade e a soberania, da lei e do direito, das liberdades e da coerção, da violência e da paz. Também por esta razão a Idade Média deve ser revalorizada como etapa e contexto teórico para para um pensamento forte sobre a política na sua articulação com a ética.

Este volume acolhe versões revistas das apresentações discutidas no seminário informal. Cinco textos então apresentados não são aqui publicados, mas acrescenta-se um estudo que não foi apresentado no seminário informal. Os trabalhos publicados não aspiram a compor uma abordagem sistemática do pensamento ético e político medieval. São antes propostas de leitura em torno de autores e textos centrais, ou que a investigação recente tem valorizado.

Juvenal Savian Filho (Universidade Federal de São Paulo), em *Boécio e a ética da felicidade* faz a análise detalhada do livro III do *De consolatione philosophiae*, obra maior do século VII, que parte de uma caracterização formal

da felicidade, para indagar primeiro aquilo em que a felicidade não consiste e do erro que leva os homens a buscar a felicidade em falsos bens, preparando-se assim para encontrar na unidade formal de um supremo e perfeito bem, identificado com Deus, esse sim a felicidade absoluta que os homens universalmente desejam e para a qual tendem na sua acção, por isso, obter a felicidade é, para homens, participar nesse sumo bem, é tornarem-se de certo modo deuses. E como o bem é o que todos desejam, Boécio conclui ainda que o mal não pode ser objeto de desejo, pois o mal em si mesmo não tem existência. Boécio é assim situado na esteira da ética eudaimonista de Aristóteles, partilhando procedimentos argumentativos de Platão e de posições neoplatónicas, em particular a de participação, ao mesmo que, no livro III se afasta das características da literatura consolatória clássica. Na conclusão o A. situa o contributo e o lugar Boécio no horizonte do pensamento ético Ocidental.

Alexander Fidora (Universidade J.W. Goethe de Francoforte no Meno), em *Ética y Política en el De divisione philosophiae de Domingo Gundisalvo*, estuda uma das obras principais do autor hispânico do século XII e um dos maiores artífices da tradução da filosofia e da ciência dos árabes para a língua latina. O Autor, que considera o *De divisione philosophiae* o mais importante contributo de Gundissalino ou Domingo Gundissalvo para a história da Filosofia, sublinha como nele é transmitida a tripartição da filosofia prática aristotélicas, não só no âmbito da classificação das ciências, como na identificação e descrição dos respetivos conteúdos, descurando na introdução a especificação das relações sistemáticas entre essas três partes: política, economia, ética. Após traçar os seus antecedentes aristotélicos e na tradição filosófica grega e latina, em especial a partir de Boécio, é sublinhado o quanto Gundissalino recorre a autores da tradição árabe para a sua reflexão. Chamando a atenção para o capítulo final da obra, que segue de perto o *De scientiis* de al-Farabi, que Gundissalino também traduziu, bem como outros autores não identificados, e onde surge a primeira referência em língua latina à *Política* de Aristóteles como obra, que é dada como parte da *Ética*. Revendo interpretações de estudiosos recentes, para o Autor não se trata de uma relação de subordinação, que inverteria a proposta de Aristóteles, mas sim de sublinhar que ambas são partes da ciência prática, orientadas por uma relação mútua e intrínseca de ordem didática para a leitura sequencial dos textos (e não de subordinação teleológica, como em Aristóteles).

José Ricardo Pierpauli (investigador independente; CONICET, Argentina), em *Alberto Magno y la Ética Filosófica*, estudo não apresentado no seminário mas acolhido neste volume, propõe uma avaliação da posição do Doutor Universal

face à ética filosófica em torno das categorias de recepção e transformação, para defender que a reabertura do diálogo entre Platão proporcionado pelo pensamento de Alberto, proporcionou a Tomás de Aquino a base para o seu sistema filosófico, síntese metafísica que não pode pensar-se sem aquele, pelo que propõe designá-lo como *albertino-tomista* em vez de *aristotélico-tomista*. O autor insere esta sua interpretação numa leitura das relações entre o pensamento medieval e o pensamento moderno, que, apesar da continuidade dos problemas filosóficos, vê como intrinsecamente distintos nas soluções para esses problemas filosóficos. Dois problemas servem de fundo a esta análise: «Los presupuestos antropológico-filosóficos de la Ética de Alberto Magno con especial referencia a la recepción de la doctrina de la inteligencia de al-Farabi y la estructura metafísica de la reflexión ética del Doctor universalis con especial referencia al problema de las posibilidades de una ética autónoma», para defender que nem um nem outro defendem uma ética autónoma (ao contrário do que propõem intérpretes recentes), mas sim uma ética a ser lida em chave teológica e ancorada na metafísica; nem Alberto nem Tomás podem ser considerados estritamente aristotélicos.

Francisco Bertelloni (Universidade de Buenos Aires) em *Filosofía y teoría política: modelos causales en las teorías políticas de Tomás de Aquino, Egidio Romano y Juan Quidort* recuperando a longa história em torno da disputa sobre a plenitude do poder papal, o autor situa-se na segunda metade do século XIII e primeira do XIV, período de apogeu das universidades em que é sensível o aparecimento e aumento de tratados escolásticos sobre a política, para compreender as transformações ocorridas na discussão filosófica, da qual emerge a autonomização da teoria política. Na confluência das discussões deste período sobre a existência de dois poderes, sobre os fins do homem a partir da *Ética a Nicómaco* de Aristóteles, e sobre a leitura política da afirmação de dois fins, natural e sobrenatural, para o homem, é realçada a presença de modelos explicativos onde o aristotelismo e a categoria da causalidade são transformadas em recurso conceptual para a explicação das relações entre os poderes espiritual e temporal e a respetiva relação com a plena realização dos fins do homem. A adopção dos modelos causais tem forte componente metafísica que transparece no modo como se explica a relação, dependência, influência, oposição ou conflito entre os poderes. São analisados o *De regno* de Tomás de Aquino, o *De ecclesiastica potestate* de Egidio Romano, o *De regia potestate et papali* de João Quidort de Paris. A Tomás de Aquino é atribuída a novidade de fundamentar a origem do reino e do domínio do homem sobre o homem numa causalidade exclusivamente natural, ao mesmo tempo que formulava em termos naturais a descrição do poder

temporal. Por sua vez Egídio Romano é creditado com a primeira fundamentação metafísica do «pensamento político monárquico-absolutista». E a João Quidort é atribuída a formulação pioneira, em reacção contra Egídio, dos fundamentos do «pensamento político democrático-populista». A dilucidação destas categorizações é fundamentada na compreensão do pensamento destes autores e, sobretudo, do diálogo e confronto que entre si estabelecem em torno da ideias de *potestatas* e *dominium*, que está no centro das alterações dos posicionamentos teóricos que introduzem no pensamento ocidental.

José Francisco Meirinhos (Universidade do Porto), em *A felicidade do intelecto e a unidade do poder na Monarquia de Dante* apresenta uma breve discussão sobre alguns dos pontos mais debatidos sobre questões que permanecem em aberto nos capítulos iniciais (I.i-iv) e no capítulo final (III.xv) da única obra estritamente política de Dante. Sem tomar posição quanto ao contexto ou período de composição da obra, mas dando conta das diversas soluções propostas, parte da breve apresentação do tratado por Giovanni Bocaccio no *Trattatello in laude di Dante*, apoia numa breve síntese do tratado a identificação dos temas a tratar e que fazem a ponte entre o início e o fim da obra. Salienta-se como é que Dante argumenta para afirmar que a *paz universal* é a condição *sine qua non* para a realização da felicidade e como aí fundamenta quer a unidade do poder político quer o seu exercício por um único mandatário, o monarca temporal. A *felicidade* que Dante tem em vista é a da *totalidade do género humano* (demonstração que envolve a peculiar e muito problemática referência à actualização do intelecto possível), daí concluir que essa só pode ser garantida por um monarca universal e temporal. Esta afirmação choca frontalmente com a posição de outros actores políticos que reivindicavam para o pontífice romano essa supremacia, que Dante recusa liminarmente, embora admita uma certa submissão do imperador ao papa, mas apenas no plano espiritual. Também esta posição de Dante tem sido interpretada de muitas e diferentes maneiras.

José Antônio Camargo de Rodrigues de Souza (Universidade Federal de Goiás, Brasil), trata em *D. Frei Álvaro Pais: os regimes políticos e outros temas correlatos* a questão da legitimidade dos regimes políticos no quadro das posições do pensador galego sobre a preeminência política do poder do papa mesmo no âmbito temporal. São tratadas três questões principais: o domínio (em partir do problema do regime despótico), a origem do poder secular, a natureza e diferença dos regimes políticos. Com detalhado cotejo de textos mostra-se que o *De statu et planctu Ecclesiae* integra longas passagens e ideias já expressas no *Speculum regum*, com ligeiras alterações e aprimoramentos de linguagem

ou enriquecimento de fundamentação em autoridades O mesmo procedimento argumentativo transparece no retomar de extensas passagens do *De regimine christiano* de Tiago de Viterbo. Por essa razão o Autor considera que o grande contributo de Álvaro Pais está em ter enfatizado e sublinhado o recurso ao direito canónico e a passagens das Escrituras, ou a ideias que partilha com outros autores, nomeadamente sobre a superioridade «de um direito moral natural», que está acima das leis positivas e que, no caso do poder temporal, quando transgredido, torna legítima a destituição daquele que usa ilegitimamente o seu poder.

Lidia Lanza (Universidade de Florença), em *Luciferianae pravitatis imago: il tiranno tra alto e basso Medioevo*, começa por constatar a ausência nos *specula principum*, por razões que se prendem com os fins deste género de obras, do tratamento sobre os diferentes tipos de organização do governo, daí as diferenças entre o tratamento que dão da oposição entre *regnum* e *tyrannis*, relativamente ao oferecido por outros géneros literários, em particular os comentários à Política de Aristóteles. Neste estudo a autora propõe uma análise da tirania enquanto forma de governo, antes e depois da reentrada da *Política* de Aristóteles (analisam-se a tirania no *Policraticus* de João de Salisbúria e a figura do tirano em Tomás de Aquino), centrando-se depois no sentido da redescoberta da *Política* de Aristóteles após a tradução por Guilherme de Moerbeck na década de 1260 e como a sua recepção tem como consequência uma alteração substancial no modo de conceber e discutir a tirania (são tidos sobretudo em conta Tomás de Aquino, Pedro de Álvérnia, Marsílio de Pádua, Nicolau Oresme). A comparação permite concluir que, progressivamente, com a consideração das fontes históricas transmitidas por Aristóteles e a análise das variantes formas de governo, e da própria política como natural para o homem enquanto ser social. A tirania deixa de ser considerada como encarnação da perversão luciferina, o que exemplifica bem a naturalização da teoria política e o questionamento, mesmo sem ser abandonada totalmente, da tese da origem da política como simples resultado da queda adâmica. Já na conclusão, Egídio Romano é apresentado como sobrepondo as duas tradições: mantém a tese da *infirmas* humana que se segue ao pecado, mas quer discutir a tirania em termos puramente aristotélicos, estratégia que tem como consequência paradoxal o afastamento face às concepções aristotélicas.

Mário Santiago de Carvalho (Universidade de Coimbra), em *Metamorfoses da ética aristotélica: estudo do caso do Comentário do Colégio das Artes de Coimbra (séc. XVI)* prossegue o programa de investigação tem vindo a desenvolver sobre os comentários aristotélicos dos jesuítas de Coimbra, publicados entre a última década do século XVI e a primeira do século XVII. Neste caso estudam-

se as *In libros Ethicorum Aristotelis ad Nicomachum, aliquot Conimbricensis Cursus Disputationes, in quibus praecipua quaedam Ethicae disciplinae capita continentur*, obra publicada em Lisboa em 1593, que de facto nem é um comentário (*disputationes* é o género indicado no título, sendo discutidas 9 no total), nem abrange a totalidade da obra de Aristóteles, tratando algumas questões em 90 páginas, o que é uma dimensão bastante modesta quando comparada com os massivos e mais detalhados comentários dedicados a outras obras de Aristóteles pelo *Curso Conimbricense*. Esta é única obra deste curso que mereceu uma reedição recente, publicada por A. Banha de Andrade em 1957, com introdução e tradução portuguesa. Após uma apresentação sobre a recepção e estudo da *Ética* de Aristóteles na Idade Média, investiga-se a sua recepção no Colégio das Artes de Coimbra (fundado em 1542 e em 1555 atribuído aos jesuítas). A consideração do ético-político nos conimbricenses fundamenta a interpretação, avançada na última secção, de uma superação da ética por uma “meta-física” das benventuranças no pensamento dos conimbricenses, que mais se evidencia na obra em estudo, cujas posições mais marcantes são discutidas com acuidade face às suas mais importantes fontes antigas e medievais.

*

Duas conferências apresentadas no seminário podem ser lidas numa outra publicação que também teve origem nas atividades do Gabinete de Filosofia Medieval, nomeadamente as de Rafael Ramón Guerrero (Universidad Complutense de Madrid), *La teocracia islámica: conocimiento y política en al-Fârâbî* e de Josep Puig Montada (Universidad Complutense de Madrid), *Ética y política en Averroes*, que foram publicadas no volume *Itinéraires de la raison. Études de philosophie médiévale offertes à Maria Cândida Pacheco*, org. J.F. Meirinhos, FIDEM, Louvain-la-Neuve 2005 (respectivamente nas pp. 77-94 e pp. 95-126).

Ao longo do seminário foram também apresentadas as seguintes comunicações, não publicadas neste volume por opção dos autores, também devido ao tempo excessivo tomado pela edição deste volume: Cristoph Flüeler (Université de Fribourg), *The Teaching of the Aristotelian Ethics, Oeconomics and Politics in the Arts Curriculum of the Medieval Universities*; David Lines (University of Miami), *Aristotle's Ethics in Late-Medieval and Renaissance Italy: State of Research, Problems, and Perspectives*; Marco Toste (Université de Fribourg), *A recepção da Política na Faculdade das Artes: a possibilidade da política como ciência e O princeps nos comentários à Política*; Martin Pickavé (Toronto University), *Thomas Aquinas's and John Duns Scotus on Passions and*

Human Nature); Roberto Lambertini (Università di Macerata), *Francescani: teoria della povertà e teoria politica*. Agradecemos a respetiva contribuição para o seminário e as discussões com os participantes.

*

A preparação do programa do seminário informal 2004 teve a colaboração de Lídia Lanza e Marco Toste, a quem agradecemos todas as sugestões que permitiram preparar um programa diversificado e amplo, com apresentação de investigações em curso. A organização do seminário contou com o apoio de diversas entidades, sem as quais não teria sido possível realizá-lo e às quais agradecemos a generosidade dos apoios concedidos: ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em cuja sala decorreram todas as sessões, à Reitoria da Universidade do Porto, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, ao Instituto Cervantes, à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Instituto de Filosofia da FLUP (UI&D 502), a quem agradecemos os meios financeiros que permitiram a participação dos convidados estrangeiros.

José Meirinhos
Gabinete de Filosofia Medieval
Faculdade de Letras da Universidade do Porto